

**POLÍTICA DE INDEXAÇÃO:
Concepções acerca do Conceito e Percepções em torno de sua Elaboração**

Lais Pereira de Oliveira

Mestra em Ciência da Informação
Professora do Curso de Biblioteconomia
Universidade Federal de Goiás
laispereira2@yahoo.com.br

Resumo

Analisa as concepções existentes acerca da política de indexação e as percepções em torno de sua elaboração por parte de discentes do curso de graduação em Biblioteconomia. Metodologicamente tem-se um estudo de tipo exploratório-descritivo com abordagem quantitativa e coleta de dados via questionário *online*. Os resultados indicam que os graduandos entendem a política como um documento formalmente instituído, importante para todos os elos da cadeia – gestor da biblioteca, bibliotecário e usuário – porque permite aperfeiçoar o tratamento da informação. Os discentes consideram-se aptos a construir uma política com apoio dos colegas de trabalho, sendo que partiriam da compreensão do público da unidade para esse intento. Ainda enxergam como grande dificuldade na elaboração da política de indexação o estabelecimento de uma visão institucional forte e unificada sobre o tratamento temático e o delineamento do nível de exaustividade e da coordenação dos termos. Conclui-se que predomina a concepção de política como normativa de existência formal e a percepção de elaboração colaborativa centrada no usuário.

Palavras-chave

Política de indexação. Manual de indexação. Graduação. Biblioteconomia.

1 INTRODUÇÃO

Diversos pesquisadores da área de Biblioteconomia e Ciência da Informação se dedicaram ao desenvolvimento de estudos acerca da dimensão temática de tratamento da informação, muitos dos quais sobre o eixo da indexação. Observam-se produções dedicadas à discussão das etapas e da forma de condução da atividade de indexação, de sua relação com a recuperação da informação, ou mesmo em uma perspectiva de avaliação desta a partir dos coeficientes de revocação e precisão gerados a partir das buscas nas bases de dados.

Do mesmo modo, importantes são as pesquisas dedicadas ao processo decisório e à regulação da indexação a partir da políti-

ca de indexação. Nesse âmbito, destaca-se Carneiro (1985), em estudo clássico sobre o tema – “Diretrizes para uma política de indexação” – que teve, depois disso, pouco desdobramento em termos conceituais e constitutivos. Com a mesma ênfase teórica de abordagem há o estudo de Nunes (2004), dedicado a discutir a ausência de política de indexação nas bibliotecas; e de Lousada et al. (2012), que se volta ao alinhamento do tema com a gestão do conhecimento organizacional. Além destes, há alguns trabalhos com uma perspectiva mais prática, de pesquisa de campo, como o de Rubi e Fujita (2010), de Dal’Evedove e Fujita (2013), e de Fernandes e Prudencio (2015).

A efemeridade das discussões tem bastante relação com a forma segundo a qual

a política de indexação é enxergada. Fujita e Rubi (2006, p. 50) explicitam que:

[...] um dos motivos pelo qual os estudos sobre política de indexação ficaram defasados por 15 anos diz respeito, principalmente, ao modo como a indexação é vista dentro da biblioteca: muitas vezes, somente como um processo técnico que não necessita de procedimentos sistematizados para identificação de assuntos, somente de uma leitura rápida para identificar e extrair os termos para representar o conteúdo. Desse modo, a implantação de uma política de indexação é considerada desnecessária.

Nesse sentido, vale ressaltar o destaque de Gil Leiva (2016, p. 11, tradução nossa), segundo o qual

O conceito de política de indexação não é novo, mas permanece quase desconhecido na realidade e prática das unidades e centros de informação, assim como no ensino desta técnica nos planos de estudo da Academia.

Reitera-se, assim, a limitação do olhar sobre tema tão relevante como a política de indexação, tanto na perspectiva teórica quanto na prática profissional das unidades e na prática formativa das universidades.

Logo, esse desenrolar teórico – mais do que a contribuição para a área de informação e a consolidação de seus estudos – irá apoiar a condução dos processos de trabalho em torno da indexação e mesmo amparar eventuais esforços na constituição de políticas de indexação por parte dos bibliotecários, sem dúvidas ou insegurança. Mesmo porque, além do desenvolvimento teórico de tais temas, é extremamente importante o fortalecimento das práticas e dos processos de trabalho em torno dos mesmos.

O bibliotecário não pode resumir sua atuação ao labor tecnicista e mecânico por si só, sem alinhamento: com a dimensão intelectual que envolve todo e qualquer esforço de organização da informação; com um con-

junto de princípios, normativas e instrumentos auxiliares bem estruturados; e, sobretudo, com sua capacidade executora e perceptiva das ações no cenário informacional. E essa segurança e desenvoltura encontram eco justamente no estudo e na formação do profissional, amparados e sustentados pelo arsenal teórico construído no campo da Biblioteconomia.

O artigo desponta nessa direção, apresentando dados que caracterizam as concepções existentes acerca da política de indexação entre discentes da graduação em Biblioteconomia, a partir do *corpus* teórico trabalhado na disciplina de “Indexação e Resumos”, ofertada na Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal de Goiás (UFG). Além do que explicita as percepções de futuros bibliotecários em torno da elaboração da política de indexação, uma vez que esta constituiu atividade prática que permitiu aos discentes planejar e estruturar uma política formal para uma unidade de informação.

2 DISCUTINDO O CONCEITO DE POLÍTICA DE INDEXAÇÃO

A indexação é uma atividade central nas unidades de informação, responsável por evidenciar os atributos temáticos dos documentos pela constituição de termos representativos de seus assuntos. Esse processo “[...] gera palavras-chave, índices ou cabeçalhos de assunto [...]” (GIL LEIVA, 2012, p. 31). De acordo com Fujita (2003, p. 62),

A indexação em análise documental, sob o ponto de vista dos sistemas de informação, também é reconhecida como a parte mais importante porque condiciona os resultados de uma estratégia de busca. O bom ou mau desempenho da indexação reflete-se na recuperação da informação feita através de índices.

Lancaster (2004) discute a descrição dos itens para inclusão na base de dados a partir dos processos de catalogação descritiva e de indexação, dizendo acerca dos últi-

mos que os mesmos identificam o assunto de que trata o documento (LANCASTER, 2004). Também é possível caracterizar a indexação como o

[...] processo no qual se escolhe o termo ou os termos mais adequados para descrever o conteúdo de um documento. O produto dessa indexação são os índices e o nível da indexação varia de acordo com as necessidades dos usuários e das unidades de informação (BAPTISTA; ARAÚJO JÚNIOR; CARLAN, 2010, p. 70).

Nesse sentido,

[...] qualquer objeto pode ser indexado, ou seja, reduzido a representações conceituais que facilitem seu armazenamento e recuperação em bases de dados (GIL LEIVA, 2012, p. 65).

No desenvolvimento da indexação, o bibliotecário precisa ter clareza sobre a tematicidade, ou seja, do que trata o documento que é objeto de análise. Junto a isso, é fundamental que tenha condições de construir a representação temática mais adequada, que oriente o usuário sobre o conteúdo intelectual do documento (ANÍZIO; NASCIMENTO, 2012), com vistas a caracterizar devidamente o material e possibilitar sua busca e recuperação entre uma série de outros itens de que a unidade disponha. Logo, sendo

Responsável pela indexação e, portanto, igualmente importante dentro do sistema de informação, o indexador tem a função primordial de compreender a leitura ao realizar uma análise conceitual que represente, adequadamente, o conteúdo de um documento para que ocorra correspondência com o assunto pesquisado pelo usuário. (RUBI; FUJITA, 2003, p. 67)

Análise conceitual e tradução são etapas fundamentais para condução da indexação, sendo a primeira destinada à compreensão do conteúdo do documento e a se-

gunda, à adequação do termo de acordo com a linguagem da unidade de informação. Alguns autores estabelecem mais de uma etapa, como é o caso de Robredo (2005, p. 165), segundo o qual:

As etapas do processo de indexação são:

- a análise conceitual do conteúdo significativo do documento, ou seja, a identificação do assunto;
- a expressão desta análise, através de um conjunto de palavras, frases ou códigos que representem o assunto;
- a tradução das descrições dos assuntos relevantes para a linguagem de indexação;
- a organização das descrições padronizadas dos assuntos de acordo com a sintaxe da linguagem de indexação.

A indexação constitui instância fundamental nas unidades de informação para representação do assunto dos documentos. Isso porque

[...] é um processo executado nos objetos suscetíveis de serem representados e nas solicitações dos usuários para, em última análise, satisfazer as necessidades de informação. (GIL LEIVA, 2012, p. 72).

A composição de descritores para caracterização temática dos itens é o elo que garante o acesso pelo usuário, uma vez que os termos definidos pelo bibliotecário serão manipulados na busca no sistema de recuperação da informação (SRI). Logo,

Diante da necessidade da organização da informação, para tornar efetivo seu uso e gerar conhecimento, se faz necessário que todo esse saber seja representado por meio da indexação, para facilitar a sua recuperação (ANÍZIO; NASCIMENTO, 2012, p. 124).

Considerando a importância assumida pela indexação nas unidades de informação, há que se ressaltar o necessário empe-

nho e seriedade na condução da atividade. Mais do que isso, a assertividade demandada a partir do alinhamento da linguagem, do tipo e da forma de indexação. Para tanto, deve-se constituir um documento formal, estruturado e alinhado com o contexto informacional, que seja capaz de regular e orientar o trabalho do indexador e a maneira segundo a qual a representação temática deve ser conduzida.

A política de indexação é esse documento, sendo “[...] imprescindível na orientação da atividade do indexador.” (DIAS; NAVES, 2013, p. 21). Como observam Tartarotti, Dal’Evedove e Fujita (2015, não paginado),

[...] apesar de sua relevância, as bibliotecas em sua grande maioria não estabelecem a elaboração de uma política e quando as tem, percebe-se uma demora no tempo de atualização.

De acordo com Nunes (2004, p. 57),

[...] não há razão por que se deixar de formalizar a decisão mesma de se fazer a indexação de assuntos, definindo regras mínimas quanto aos procedimentos a observar, qual linguagem de indexação será adotada, como será organizado o catálogo decisório, etc”.

Para Fujita (2016, p. 16),

O fato é que a existência de uma política de indexação e seu registro oficial pela biblioteca ou sistema tem a função de circunstanciar as condições daquele momento para o respaldo das decisões a respeito de elementos da política de indexação [...].

Pode-se caracterizar a política de indexação como o

Conjunto de diretrizes relacionadas à determinação dos campos de tratamento, seleção do nível de análise dos documentos a serem indexados, definição de um antídicionário,

tipos de documentos a serem processados e demais ações necessárias à otimização do serviço de informação (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 285).

Logo, a política de indexação reúne decisões para reger todo o processo de indexação de assunto. Para Fujita (2012, p. 22),

[...] a política de indexação é um conjunto de procedimentos, materiais, normas e técnicas orientadas por decisões que refletem a prática e princípios teóricos da cultura organizacional de um sistema de informação.

Assume, nesse sentido, a forma de documento, mas extrapola essa perspectiva na medida em que passa a ser parte de uma visão coletiva integrada sobre o tratamento informacional.

Como destaca Lancaster (2004), a política é um dos fatores que influem no desempenho do SRI. Segundo Dias e Naves (2013, p. 21), ela “[...] auxilia o SRI, na medida em que possibilita a coincidência entre os termos indexados e a estratégia de busca”. Vale ressaltar que “As decisões quanto à política são tomadas pelos gestores do serviço de informação, estando, portanto, fora do controle do indexador individual.” (LANCASTER, 2004, p. 27).

A política é, portanto, a reguladora da indexação, que decide, conforme Fujita (2012, p. 17),

[...] não só sobre a consistência dos procedimentos de indexação em relação aos efeitos que se necessita obter na recuperação, mas, principalmente, sobre a delimitação de cobertura temática em níveis qualitativos e quantitativos [...]”.

De acordo com Rubi (2012, p. 107),

Em cada um dos setores de atuação de uma biblioteca existem políticas gerais e específicas funcionando como diretrizes administrativas de ação que orientam a tomada de decisão, quais sejam: política de de-

envolvimento de coleções, política de preservação e conservação do acervo, política de atendimento, entre outras.

A política de indexação também é uma delas [...].

Portanto, nas unidades de informação, a responsável por reunir as definições sobre a linguagem a ser utilizada, a forma de condução da indexação, a quantidade de descritores, o modo como serão empregados, a profundidade dos mesmos, os parâmetros para cada tipo de documento e etc, é a política de indexação. Como ressalta Rubi (2009, p. 83),

A política de indexação deve ser compreendida como uma decisão administrativa que reflita os objetivos da biblioteca, identificando condutas teóricas e práticas das equipes envolvidas no tratamento da informação da biblioteca para definir um padrão de cultura organizacional coerente [...].

Elementos como exaustividade, especificidade, revocação e precisão dos sistemas constituem as principais variáveis que permitem aferir a qualidade da indexação (NUNES, 2004). Segundo Redigolo et al. (2012, p. 76-77),

A política de indexação influencia em questões como a otimização de serviços, a racionalização de processos e a consistência das operações de tratamento e organização de conteúdos informacionais.

Conforme destaca Carneiro (1985, p. 222),

Na implantação de um serviço de indexação há que se levar em conta um grande número de variáveis que irão afetar consideravelmente o desempenho do serviço. Definir essas variáveis, estabelecer princípios e critérios que servirão de guia na tomada de decisões para otimização do serviço, racionalização dos processos e consistência das opera-

ções nele envolvidas, são objetivos de uma política de indexação.

Para Redigolo et al. (2012, p. 76),

Uma política de indexação bem elaborada, com diretrizes pensadas de acordo com o contexto da instituição e com as necessidades dos usuários, propicia o desenvolvimento da indexação com maior rigor, buscando mais consistência e a qualidade da indexação.

Acaba, com isso, por reforçar o processo técnico e uniformizar sua realização. Segundo Fernandes e Prudencio (2015, p. 123),

Certamente uma política de indexação pode ser analisada e avaliada a partir de seus efeitos sobre o processo de indexação e qualidade de seus resultados, já que esta é sua finalidade.

A importância da política fica clara especialmente no dinâmico contexto informacional ora vivenciado, com o usuário assumindo também o papel de produtor de conteúdos. Além da constante produção de informações, potencializada pelo universo digital e as tecnologias com ele dimensionadas. De acordo com Guimarães (2004, p. 46):

[...] o estabelecimento de uma política de indexação do sistema contribui – e muito – para que o leitor/usuário e documento deixem de ser sujeito e objeto para se tornarem dois sujeitos que interagem (uma vez que o usuário, com sua participação, estará sempre a recriar o documento e, por conseguinte, a realimentar o sistema).

Uma política formalmente estabelecida garante uniformidade e padronização na análise e atribuição de descritores de assunto, o que irá favorecer diretamente o tratamento temático e a recuperação da informação. Nesse sentido,

A política de indexação influencia em questões como a otimização de serviços, a racionalização de processos e a consistência das operações de tratamento e organização de conteúdos informacionais. (TARTAROTTI; DAL'EVEDO-VE; FUJITA, 2015, não paginado).

Em resumo,

[...] a questão da política de indexação constitui-se em elemento-chave para que os sistemas e unidades de informação possam cumprir sua função básica – a disponibilização de conteúdos informacionais [...] (GUIMARÃES, 2004, p. 51).

A política auxilia enormemente o próprio trabalho do bibliotecário. Com ela, o conjunto de diretrizes para indexação estará sempre disponível, ao alcance das mãos daqueles que atuam há mais tempo e mesmo dos bibliotecários recém-contratados, que poderão se guiar pelo documento e adequar sua forma de atuação. Dessa forma,

[...] os manuais de indexação são importantes não apenas para a formação de novos indexadores como também para a formação contínua de indexadores experientes (REDIGOLO et al., 2012, p. 76).

Conforme considerações de Rubi (2012, p. 107) a política torna-se

[...] uma importante aliada para que o bibliotecário realize seu trabalho de maneira mais racional e objetiva, servindo como elemento norteador para a realização de sua tarefa [...].

Para atuar nesse sentido, alguns requisitos e elementos devem ser observados na sua construção.

2.1 Requisitos e elementos da política

Tendo em vista o papel cumprido pela política de indexação na orientação e regulação do tratamento temático da infor-

mação, é de suma importância que o profissional dedique tempo na sua constituição e atualização, respeitando as práticas existentes. Até porque a política de indexação

É uma produção intelectual da organização, elaborada a partir da interlocução entre os conhecimentos teóricos e os advindos da dinâmica inerente ao processo de trabalho [...] (FERNANDES; PRUDÊNCIO, 2015, p. 124).

A constituição da política de indexação deve reunir o processo decisório acerca: da exaustividade e especificidade da indexação; da revocação ou precisão do sistema de recuperação; do uso de linguagem natural ou controlada; da indexação manual ou automática; e da execução de forma atributiva ou derivativa de tal atividade. Em sua construção, contudo, é preciso ter em mente os objetivos e a missão das unidades de documentação, bem como o perfil dos clientes (BENTES PINTO, 2001).

Carneiro (1985, p. 222) elenca como requisitos ao planejamento que leve à constituição de uma política:

- a identificação da organização à qual estará vinculado o sistema de indexação;
- a identificação da clientela a que se destina o sistema;
- os recursos humanos, materiais e financeiros.

Em suma, tendo por base a unidade de informação, os usuários atendidos e seu acervo, o bibliotecário tem condições de delimitar a política de indexação em conformidade com o universo informacional existente.

Na redação do documento, o bibliotecário deve considerar aspectos relacionados à indexação propriamente dita e também ao sistema de recuperação da informação. O registro é fundamental, pois “Uma política bem documentada, além de contribuir para a eficiência do serviço, servirá de orientação em caso de mudança na administração.” (CARNEIRO, 1985, p. 240). Como apresentam Fujita e Rubi (2006, p. 54):

[...] elementos de política de indexação são os valores peculiares de cada sistema de informação que estão expressos oficialmente em manuais de indexação e expressam a visão do dirigente sobre como deve proceder todos os centros subordinados ao sistema de informação.

Há que se ressaltar que o manual é uma das formas sob as quais se manifesta a política de indexação. Para Tartarotti, Dal'Evedove e Fujita (2015, não paginado), este “[...] deve ser um instrumento real de trabalho e norteador dos princípios do processo de tratamento documental [...]”. Nesse sentido,

Os manuais de indexação dos sistemas de informação têm como finalidade uniformizar os procedimentos de indexação realizados pelos indexadores (FUJITA; RUBI, 2006, p. 56).

Acerca dos requisitos e elementos da política de indexação, mais precisamente no âmbito do processo de indexação, é importante estabelecer as diretrizes sobre nível de exaustividade e de especificidade, relacionados respectivamente: ao uso de mais (exaustiva) ou menos termos (seletiva); e à profundidade do termo de indexação. A indexação exaustiva caracteriza-se pelo emprego de maior número de termos. Sendo que “Algumas bibliotecas determinam um número mínimo e número máximo de descritores que poderão ser utilizados.” (RUBI, 2009, p. 85). Pode-se delimitar que:

A exaustividade diz respeito ao número de termos atribuídos como descritores do assunto do documento, ou seja, em que medida todos os assuntos discutidos no documento são reconhecidos durante a indexação e traduzidos na linguagem documentária da biblioteca. Quanto mais exaustiva for a indexação, mais termos ela vai empregar. É indicada, por exemplo, em bibliotecas de público variado e de diferentes perfis, que podem buscar

a mesma informação com termos diferentes. (RUBI, 2009, p. 85.).

Já a indexação seletiva acontece a partir da atribuição de menor número de termos para representar um documento. A seletividade implica na adoção de palavras-chave pontualmente representativas do item. De acordo com Lancaster (2004, p. 27), a indexação seletiva caracteriza-se pelo “[...] emprego de uma quantidade muito menor de termos, a fim de abranger somente o conteúdo temático principal do documento.”.

Junto a isso se tem a revocação e a precisão, que são as medidas verificadas no sistema de recuperação da informação, inversamente proporcionais à indexação de tipo exaustiva ou seletiva. Basicamente,

A revocação se relaciona com a capacidade do sistema em assegurar a recuperação de um número desejável de documentos relevantes e a precisão se relaciona à capacidade do sistema em impedir a recuperação de documentos não-relevantes. (CARNEIRO, 1985, p. 234).

A este respeito, Rubi (2009, p. 85-86) esclarece que:

A capacidade de revocação diz respeito ao número de documentos recuperados e pode ser mensurada por meio da relação entre o número de documentos relevantes sobre determinado tema, recuperados pelo sistema de busca, e o número total de documentos sobre o tema, existentes nos registros do mesmo sistema.

A capacidade de precisão, ou relevância, está relacionada ao número de documentos recuperados para atendimento das solicitações encaminhadas pelo usuário. Também pode ser mensurada por meio da relação entre os documentos relevantes recuperados e número total de documentos recuperados.

Contudo, é importante considerar que:

[...] a seletividade não implica, necessariamente, no aumento do índice de precisão – capacidade de evitar documentos inúteis –, isto porque, uma indexação seletiva pode abordar o conteúdo de um documento de forma genérica ou específica (ANÍZIO; NASCIMENTO, 2012, p. 125).

Em bases gerais, portanto, “[...] quanto mais específica for a seleção de termos, mais precisa será a recuperação, com baixa revocação dos documentos.” (FUJITA; SANTOS, 2016, p. 63).

O termo de indexação pode ser mais específico ou primar por um baixo nível de especificidade ao trazer representações mais amplas de assunto, ou seja, termos gerais.

A especificidade está relacionada ao nível de abrangência que a biblioteca e a linguagem documentária permitem especificar os conceitos identificados documento. (RUBI, 2009, p. 85).

O nível de especificidade determina, portanto, a profundidade da palavra-chave estabelecida. Regula a intensidade desta e mesmo o nível de abrangência. Ao discutirem tais questões, Dias e Naves (2013, p. 22) assim diferenciam:

Nível de especificidade se refere ao quanto se pode ser preciso ao se especificar o assunto de um documento que está sendo indexado;

Nível de exaustividade se refere a uma decisão tomada previamente, pelo sistema, de reconhecer, além do assunto principal, todos os assuntos secundários contidos no documento que está sendo indexado.

Na mesma direção, Fujita e Rubi (2006, p. 52), ao revisitarem Carneiro (1985) explicam:

[...] Nível de exaustividade: todos os assuntos apresentados no documento são identificados durante

a indexação e traduzidos em uma linguagem documentária;

[...] Nível de especificidade: somente os assuntos realmente tratados no documento são identificados, de maneira específica [...]

Como afirmam Rubi e Fujita (2003, p. 70),

[...] tanto a exaustividade como a especificidade são elementos que devem estar claramente definidos na política do sistema de informação, pois exercerão influência direta sobre a indexação realizada.

Ainda dentro da instituição dos procedimentos de indexação, a política deve estabelecer a linguagem do sistema. O bibliotecário pode optar pelo uso de linguagem natural ou controlada na indexação. Anízio e Nascimento (2012, p. 127, grifo das autoras) destacam que temos:

- **A linguagem natural**, que é constituída por símbolos utilizados e reconhecida pelo homem, ou seja, é uma linguagem livre, tendo inúmeras funções: expressiva (estética), descritiva (informativa, referencial), valorativa, prescritiva.
- **A linguagem artificial**, elaborada de acordo com as regras previamente estabelecidas, é controlada por instrumentos de indexação.

A linguagem natural é a que empregamos no cotidiano. Segundo Lancaster (2004, p. 250, grifo do autor), “Considera-se a expressão linguagem natural como sinônimo de ‘discurso comum’, isto é, a linguagem utilizada habitualmente na escrita e na fala [...]”. A linguagem controlada tem “terminologia, simbologia, padrões e significação próprios” (LIMA; ALVARES, 2012, p. 37), de modo que “[...] permite uma maior consistência na indexação [...]” (CARNEIRO, 1985, p. 233). Ao explicar a utilização de ambas as linguagens na indexação, Cardoso Filho e Santos (2012, p. 187) ressaltam que:

O indexador atribuirá um ou mais termos ao documento utilizando a linguagem natural, ou buscando termos em vocabulários controlados [...] a utilização da linguagem natural dificulta a recuperação da informação, considerando a variedade de termos que se pode dar ao mesmo assunto [...]. Na utilização de um vocabulário controlado, o indexador terá de optar pelo uso de um dos termos, já que os outros não serão autorizados para uso. Isso facilita a recuperação, pois remissivas são feitas para o termo autorizado.

Outro aspecto cuja determinação é fundamental na política é a forma de seleção e emprego dos termos. No caso de ser derivativa, ou seja, por extração, o indexador irá obedecer o uso de palavras que estão presentes no documento.

Freqüentemente o indexador será tentado a selecionar um ou outro conceito porque aquela palavra ou expressão foi utilizada pelo autor no texto (CHAUMIER, 1988, p. 65).

Já em se tratando da indexação atributiva o profissional agrega termos de acordo com a sua perspectiva e não se detendo exclusivamente ao conjunto que se encontra no item, podendo fazer uso de um vocabulário controlado, inclusive, para estabelecimento dos termos. Pode-se definir indexação derivativa e atributiva da seguinte forma:

Na indexação por extração, palavras ou expressões que realmente ocorrem no documento são selecionadas para representar seu conteúdo temático. [...].

A *indexação por atribuição* envolve a atribuição de termos ao documento a partir de uma fonte que não é o próprio documento. Os termos podem ser extraídos da cabeça do indexador [...]. (LANCASTER, 2004, p. 18-19)

E, na perspectiva de Mamfrim (1991, p. 191):

A indexação é derivativa quando os termos de indexação são derivados do próprio texto do documento analisado e é atributiva quando os termos de indexação são alocados independentemente dos termos do texto do documento.

Ao abordarem indexação por extração e atribuição Anízio e Nascimento (2012) associam-nas à segunda etapa da indexação: a tradução. De acordo com as autoras:

[...] na etapa de tradução, a indexação por extração utiliza a linguagem natural, ao passo que a indexação por atribuição utiliza uma linguagem artificial, que é controlada e codificada, denominada de vocabulário controlado e também conhecida como linguagem documentária ou de indexação. (ANÍZIO; NASCIMENTO, 2012, p. 126).

Além disso, há que se definir pela indexação manual ou automática. A primeira:

[...] chamada igualmente intelectual ou humana, como o próprio nome diz, é realizada pelos humanos, sejam eles bibliotecários ou especialistas do(s) domínio(s) no qual(is) essa atividade está sendo realizada. Esse tipo de indexação baseia-se, sobretudo, no julgamento, normalmente intuitivo, dos indexadores, em função do texto e do interesse para a sua comunidade de usuários. (BENTES PINTO, 2001, p. 229)

Para Rowley (2002 apud ARAÚJO JÚNIOR, 2007, p. 24) “A indexação manual ou intelectual consiste na atribuição de termos de indexação ou códigos de indexação realizada por um ser humano.”. Nela, os conceitos “[...] são extraídos por um processo de análise intelectual [...]” (VIEIRA, 1988, p. 43). Bruzanga, Maculan e Lima (2007, não paginado) esclarecem que

As investigações sobre a indexação manual apontam para alternativas

que visam melhorar a abstração e tornar a representação da informação mais fidedigna à temática tratada pelo autor, cabendo ao indexador fazer esse processo manualmente.

Já a indexação automática é feita pelo computador, a partir de inferências anteriormente estabelecidas. Segundo observa Langridge (2006, p. 112, grifo do autor) “A disponibilidade e a potencialidade crescente dos computadores conduziram a outras experiências com *indexação automatizada*”. Os computadores “[...] selecionam, por meio de um conjunto de instruções programadas previamente, os termos que mais ocorrem em um documento.” (ARAÚJO JÚNIOR, 2007, p. 25).

Conforme define Guedes (1994, p. 318)

A indexação automática é a formalização e/ou mecanização do processo de indexação, em parte ou no todo, com o objetivo de reduzir a subjetividade do processo.

E Robredo (2005, p. 170) complementa dizendo que

No processo de indexação automática, um algoritmo (ou seja, um conjunto de operações elementares, organizadas logicamente) realiza, em certa medida, o trabalho do indexador no processo de escolha dos termos significativos.

Em suma, portanto:

A política de indexação pode ser determinada em um sistema de armazenagem e recuperação da informação pela seleção de tipos de documentos a serem indexados, procedimentos de análise e representação de assuntos, aspectos qualitativos da indexação como precisão, especificidade, exaustividade e revocação, instrumentos de controle de vocabulário tais como linguagens documentárias ou opção por trabalhar com linguagem natural,

além da avaliação da indexação pela consistência e pela recuperação. (FUJITA, 2012, p. 22)

Conforme estabelecem Fujita e Santos (2016, p. 63):

A definição desses elementos tem por objetivo equilibrar as respostas do sistema reduzindo os níveis de ruído, ou seja, a recuperação de registros que não são compatíveis com a questão proposta pelo usuário, e de silêncio, a não recuperação de registros pertinentes à questão de busca do usuário ainda que a coleção os contemple.

2.2 Construção e formalização da política

A observação dos requisitos e dos elementos componentes da política propriamente dita – acima indicados – é fundamental para que tal normativa cumpra seu papel na orientação, no apoio e na fundamentação da indexação. Desse modo, deve existir formalmente como um documento instituído na unidade de informação, sendo acompanhada, revista e atualizada. Isso porque:

[...] a implementação de uma política de indexação pressupõe dois aspectos fundamentais: a interdependência de seus elementos e a avaliação constante, pois é um processo *retroalimentável* por natureza (mudam os documentos, as áreas de interesse da organização, os perfis dos usuários, as linguagens de indexação, etc). No entanto, uma política só poderá ter continuidade e aperfeiçoamento no decorrer dos anos se devidamente registrada em documentos, de modo que se possa ter clareza (independentemente dos elementos humanos que estiverem a seu cargo) do conjunto de decisões tomadas, suas razões e seu contexto. (GUIMARÃES, 2004, p. 50, grifo do autor).

Dentro dessa mesma concepção, vale destacar o que apresenta Nunes (2004), ao

discutir os elementos constitutivos de uma política. Para o autor,

Em primeiro lugar a política de indexação deve ser enunciada formalmente num documento oficial da biblioteca ou serviço de informação [...]. (NUNES, 2004, p. 57).

Em segundo lugar, deve dispor sobre “[...] o tratamento que será dado aos diferentes domínios disciplinares cobertos pelo acervo da biblioteca [...]” (NUNES, 2004, p. 58).

Para além da formalização, é fundamental construir a política de modo claro e preciso. Segundo observações de Fujita e Rubi (2006, p. 53), “[...] torna-se necessário que ela esteja descrita de maneira clara e objetiva e ao alcance de todos [...]”. Contudo, esta não deve funcionar apenas como um guia ou regulamento, ou seja, como um conjunto de regras para indexar. A política de indexação precisa refletir e ser parte da cultura interna da unidade.

[...] deve ser entendida como uma filosofia pertinente aos objetivos de recuperação a informação e não somente como uma lista de procedimentos a serem seguidos [...] (FUJITA; RUBI, 2006, p. 49).

Atribuindo à política o devido valor e enxergando nela mais do que o caráter de manual ou regulamento, estaremos contribuindo para sua consolidação no contexto interno da unidade de informação. Isso representa um caminho para que, dos indexadores, passando pelos demais bibliotecários e chegando até a gestão, o trabalho técnico e intelectual desenvolvido para organizar e tratar a informação seja reconhecido e atrelado a todos os demais propósitos da unidade, inclusive os desdobramentos envolvendo a construção da política e sua atualização.

A este respeito, Fujita e Rubi (2006, p. 49) consideram que:

Os sistemas de informação são compostos por partes interligadas (inserção de documentos, classificação, catalogação, indexação etc.)

com objetivo comum de disponibilizar a informação da melhor maneira possível. Nota-se, portanto, que a indexação e, por conseguinte, sua política, é uma das partes desses sistemas e, como tal, deve integrar também o planejamento global dos sistemas de informação como um parâmetro de sua administração no contexto gerencial.

Nessa perspectiva mais ampla, segundo a qual a política de indexação é caracterizada para além do seu lado funcional e normativo, a noção de regulamento ou manual torna-se apenas parte da mesma. Assim:

O manual de indexação de um sistema de informação constitui sua documentação oficial, está descrito em ordem lógica de etapas a serem seguidas para a análise de assuntos, fornece as regras, diretrizes e procedimentos para o trabalho do indexador e, principalmente, contém os elementos constituintes da política de indexação adotada por um sistema de informação. Portanto, o manual é um dos meios pelo qual a política de indexação de um sistema de informação poderá ser observada. (FUJITA; RUBI, 2006, p. 57).

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

O estudo foi conduzido a partir de pesquisa exploratório-descritiva cuja abordagem foi quantitativa. Buscou-se avançar no entendimento da política de indexação, especificamente sobre a forma como é compreendida por futuros bibliotecários e percebida em termos de sua elaboração.

O público da pesquisa constituiu-se somente de discentes da Biblioteconomia que haviam cursado a disciplina de “Indexação e Resumos”, na qual a política foi trabalhada enquanto atividade prática. O universo do estudo compreendeu os 41 (quarenta e um) discentes matriculados na matéria em questão, no ano de 2016. A amostra foi constituída apenas pelos alunos ativos e frequentes – um montante de 32 (trinta e duas) pessoas – que acompanharam as aulas expo-

sitivas e atuaram no desenvolvimento da política. Adotou-se a amostragem de tipo não probabilística intencional, uma vez que a delimitação dos respondentes ocorreu de acordo com o critério específico supracitado.

Na coleta de dados, adotou-se como instrumento o questionário, desenvolvido na ferramenta *online* do Google Formulário. Os dados obtidos foram sistematizados em gráficos e tabelas e analisados a partir de então.

Houve retorno – no período estipulado para coleta – de 12 (doze) respondentes, sobre os quais se constituiu essa análise.

4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

O questionário teve início por questões de caracterização (vide tabela 1), no que se constatou, sobre a faixa etária, que os discentes são em sua maioria jovens de 18 a 20 ou de 21 a 23 anos (33,3%). Há predomínio de pessoas do sexo feminino (66,7%) – como é tradição na Biblioteconomia – que se encontram no 5º período do curso (91,7%) tendo, portanto, cursado e concluído a disciplina de “Indexação e Resumos” há aproximadamente 6 meses.

Tabela 1 – Resumo dos dados de caracterização

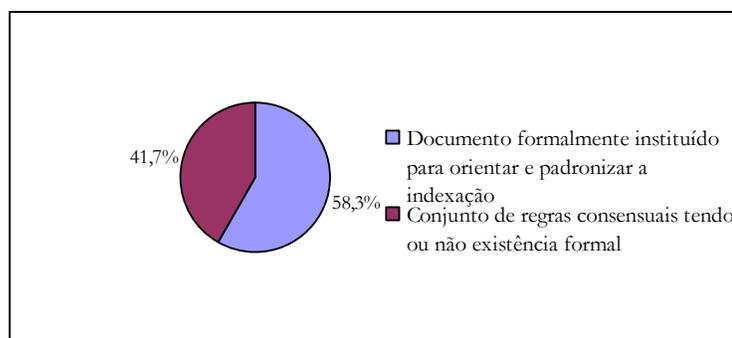
Sexo		Período	
Masculino	Feminino	3º	5º
33,3%	66,7%	8,3%	91,7%
4 alunos	8 alunos	1 aluno	11 alunos

Fonte: elaborada pela autora (2017).

Buscando conhecer a concepção dos discentes sobre política de indexação solicitou-se que apresentassem sua visão sobre a mesma. Assim, sete participantes do estudo disseram considerá-la um documento formalmente instituído para orientar e padroni-

zar a atividade de indexação, o que representa um percentual de 58,3%. Já 41,7% enxergam a política como um conjunto de regras consensuais para a indexação, tendo ou não existência formal nas unidades de informação. O Gráfico 1 destaca os dados.

Gráfico 1 – Visão dos alunos sobre o que é política de indexação



Fonte: elaborado pela autora (2017).

A visão de política como “uma cultura da unidade em torno da indexação e dos procedimentos para sua condução”, ou mesmo, como “um misto entre parâmetros ou regras para indexação e a cultura ou filosofia em torno destes”, não foi constatada, apesar da presença de tais alternativas no questionário. Desse modo, percebe-se o predomínio de uma concepção mais formal

e estruturada em torno da ideia de uma política de indexação como padrão ou conjunto de diretrizes registradas e documentadas, conforme foi dito pela maioria.

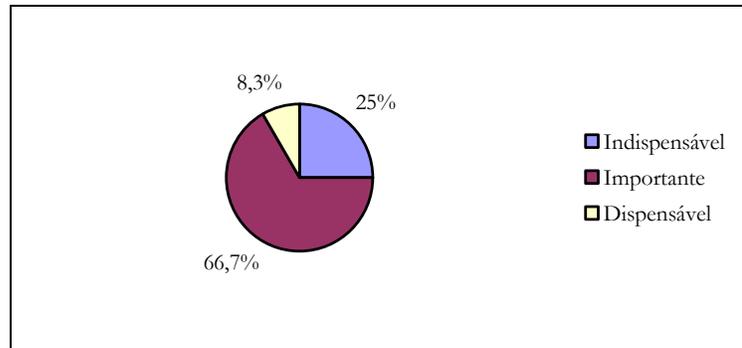
Tal aspecto contrapõe a perspectiva aventada por Fujita e Rubi (2006) de que se extrapole a caracterização de política de indexação exclusivamente como normativa para indexar, mas sim como uma cultura

instituída em torno da informação e de seu tratamento. Contudo, vale ressaltar a expressividade dos respondentes que, apesar de conceberem a política de indexação como um conjunto de regras consensuais, acreditam que esta pode ou não ter existência formal. Eis aqui um indício de que está presente entre alguns a noção mais livre de política, não necessariamente escrita, mas existindo como consenso entre todos.

Diante da escala de “indispensável”, “importante”, “dispensável” e “pouco necessário”, presente no Gráfico 2, constatou-

se que oito alunos (66,7%) consideram a política um instrumento importante para as unidades de informação que, junto com outros, permite aperfeiçoar o trabalho sobre o tratamento da informação. Metade desses, um percentual de 25%, avalia a política de indexação como um instrumento indispensável para as unidades de informação, uma vez que será o regulador da atividade de indexação, bem como refletirá a cultura e filosofia da equipe sobre esse processo técnico.

Gráfico 2 – Considerações sobre a política de indexação



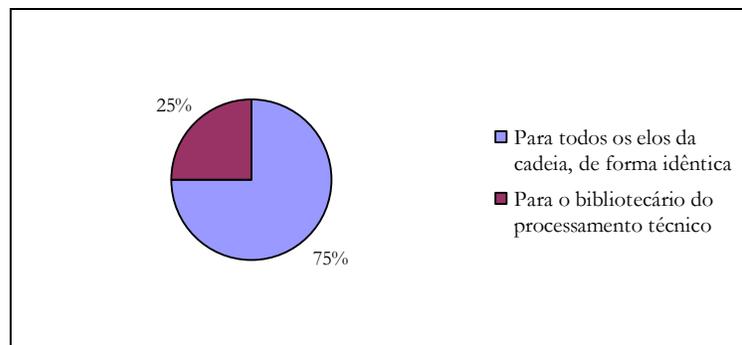
Fonte: elaborado pela autora (2017).

Houve ainda, como se observa no Gráfico 2, uma minoria (8,3%) segundo a qual a política é um instrumento dispensável, uma vez que os bibliotecários podem se empenhar na condução da indexação sem se prender a diretrizes oficialmente instituídas em um documento. Apesar disto, grande parte dos discentes enxerga a política como um elemento importante ou mesmo indispensável, que cumpre um papel fundamen-

tal. Essa constatação é extremamente relevante, uma vez que se tratam de futuros bibliotecários que serão gestores em unidades de informação e levam consigo, desde já, uma percepção valiosa sobre o tratamento informacional.

Na questão seguinte, solicitou aos participantes que indicassem para quem a política de indexação é mais importante.

Gráfico 3 – Importância da política de indexação



Fonte: elaborado pela autora (2017).

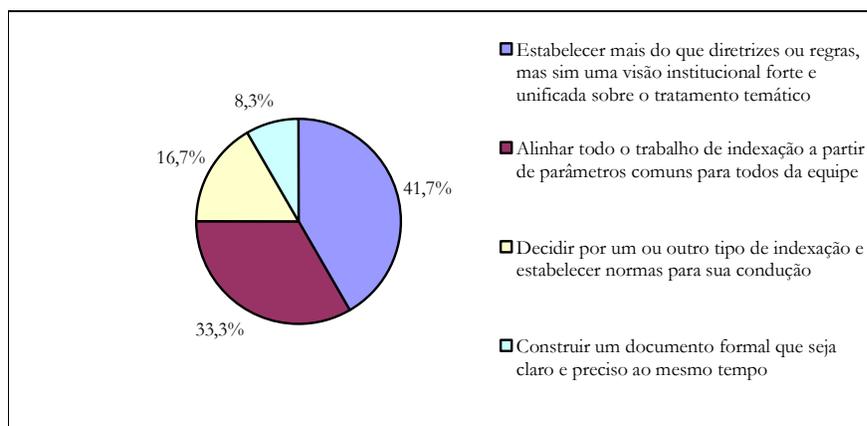
Como indica o Gráfico 3, a maioria dos alunos (nove) considera que a política de indexação é importante para todos os elos da cadeia, de forma idêntica. Contudo, houve quem manifestasse a visão da essencialidade da política apenas para o bibliotecário do processamento técnico da unidade de informação (três alunos). As alternativas “para o bibliotecário gestor da unidade” e “para o usuário da unidade de informação” não foram sinalizadas por nenhum dos discentes participantes do estudo.

Diante de tal constatação, percebe-se uma visão atrelada ao eixo técnico que acaba por restringir instrumentos como a política unicamente a esse contexto, não inserindo

os mesmos na amplitude de processos e atividades que são desenvolvidas em torno do ciclo informacional. Apesar disso, é importante ressaltar a consideração feita pela maioria dos respondentes de que todos ganham com uma política de indexação, ficando subentendidos aí bibliotecário, gestor da biblioteca e usuário.

O questionário trouxe ainda uma pergunta que indagava sobre a maior dificuldade na elaboração da política de indexação. Desse bloco em diante, buscou-se mapear as percepções dos alunos em torno da estruturação da política de indexação, ou seja, da constituição do documento em si.

Gráfico 4 – Maior dificuldade na elaboração da política de indexação



Fonte: elaborado pela autora (2017).

Como exposto no Gráfico 4, 41,7% ou cinco respondentes consideram que a grande dificuldade está em estabelecer mais do que diretrizes ou regras, mas sim uma visão institucional forte e unificada sobre o tratamento temático da informação. Do mesmo modo expressivo é o número de pessoas segundo as quais alinhar todo o trabalho de indexação a partir de parâmetros comuns para todos da equipe é o maior desafio: são quatro (33,3%). Em menor número estão: os discentes que veem a decisão por um ou outro tipo de indexação e o estabelecimento de normas para sua condução (dois) como o mais complicado; e aquele (um) que acredita ser a construção de um documento formal que seja claro e preciso ao mesmo tempo.

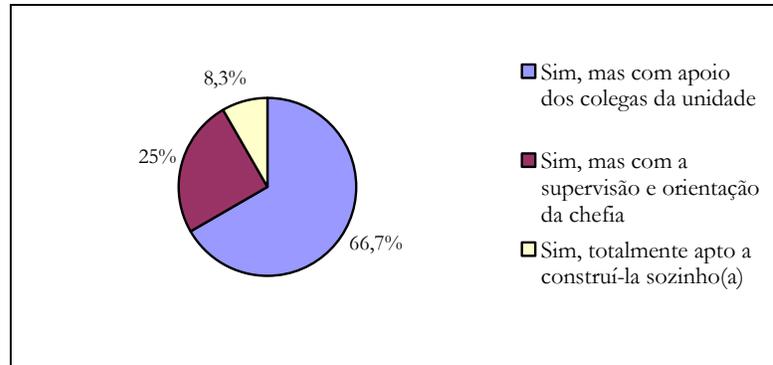
Questionados se consideram aptos a construir uma política de indexação para a unidade de informação em que estiverem trabalhando, todos os discentes foram unânimes e disseram sim. Apesar disso, as instâncias foram diferentes, como demonstra o Gráfico 5.

É possível perceber que um percentual menos expressivo (8,3%) se considera totalmente apto a construir a política sozinho. Em quantidade razoável (25%) estão os que se veem em condições, mas com supervisão e orientação da chefia. E em maior número (66,7%), aqueles que se consideram capazes, mas com apoio dos colegas da unidade. Os dados demonstram que os discentes de Biblioteconomia se sentem em condições de construir uma política, se necessário,

ainda que tendo apoio ou acompanhamento para tal. Interessante a visão colaborativa e

de trabalho conjunto expressa por dois terços dos pesquisados.

Gráfico 5 – Capacidade de construir uma política de indexação

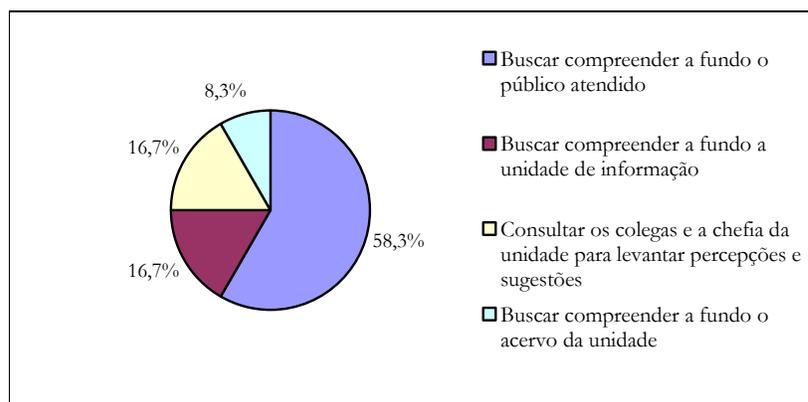


Fonte: elaborado pela autora (2017).

A penúltima pergunta indagou os alunos acerca do primeiro passo que adotariam na constituição de uma política de indexação (vide Gráfico 6). Nessa situação, sete alunos (58,3%) buscariam primeiramente compreender a fundo o público atendido. Segundo dois respondentes (16,7%), a compreensão da unidade de informação seria a ação inicial; outros dois (16,7%) consultariam os colegas e a chefia para levantar percepções e sugestões. Apenas um participante (8,3%) teria como primeira preocupação conhecer profundamente o acervo.

Apesar de divididos, cada discente buscaria de alguma maneira se inteirar de algum dos requisitos fundamentais para estabelecimento da política de indexação, conforme constatado na literatura em Carneiro (1985) e Bentes Pinto (2001). Vale ressaltar mais uma vez a perspectiva de trabalho colaborativo que aqui aparece, na medida em que um percentual de alunos demonstra a inclinação de consultar colegas e mesmo a chefia no intuito de levantar sugestões válidas para construção da política.

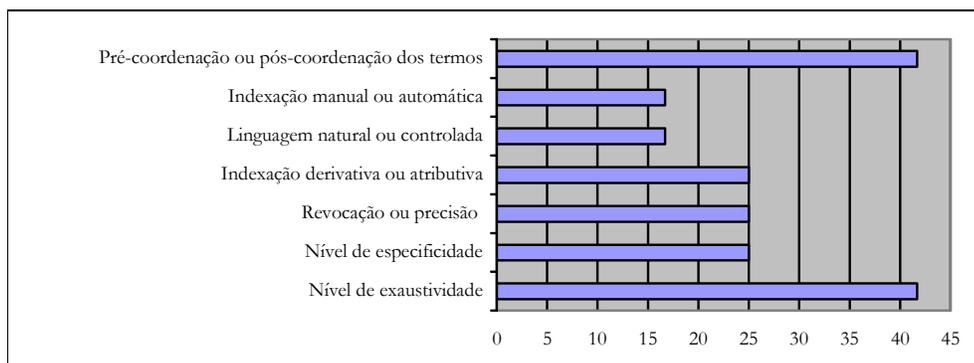
Gráfico 6 – Primeiro passo para construção da política de indexação



Fonte: elaborado pela autora (2017).

Na pergunta final do questionário, acerca dos elementos propriamente ditos da política de indexação, foi possível constatar que os discentes em Biblioteconomia têm

maior dificuldade com a delimitação do nível de exaustividade (41,7%) e o estabelecimento de pré ou pós-coordenação dos termos (41,7%), conforme Gráfico 7.

Gráfico 7 – Dificuldades com os elementos da política de indexação

Fonte: elaborado pela autora (2017).

As dificuldades com as definições sobre níveis de especificidade, revocação ou precisão na busca e uso de indexação derivativa ou atributiva também foram expressivas. Em menor número estão os alunos cuja deliberação sobre indexação manual ou automática e em linguagem natural ou controlada, evidenciando os aspectos mais obscuros. Essa questão permitia marcar mais de uma opção e acaba por demonstrar incerteza com alguns dos elementos que devem compor o documento formal estruturado como política de indexação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa possibilitou importantes constatações acerca das concepções de discentes sobre política de indexação e também das percepções destes sobre a elaboração de tal instrumento. O estudo explorou uma dimensão pouco abordada nos estudos biblioteconômicos voltados ao tratamento da informação, que, na maior parte das vezes, se dedicam à pesquisa com profissionais já formados e experientes no mercado de trabalho.

Assim, o processo de indexação e um instrumento basilar para a consecução deste foram pensados e discutidos à luz da formação acadêmica e do ensino em Biblioteconomia. A relevância está em perceber como têm sido assimilados os conteúdos e práticas estabelecidos na graduação, uma vez que isso refletirá no modo como os discentes balizarão sua prática profissional no futuro. Além do que tal perspectiva pode auxiliar

na compreensão de situações, comportamentos e métodos de trabalho presentes nas unidades de informação, reflexo da formação acadêmica progressiva dos bibliotecários.

Como constatado, a concepção central é em torno da política como um documento formal que regula a indexação. Logo, a visão mais ampla que alinha a política de indexação à cultura e filosofia da unidade de informação precisa ser mais bem estabelecida entre os discentes. Deve-se ressaltar, entretanto, que o fato de conceberem a política de indexação como um elemento de existência real, instituído internamente, reforça a visão procedimental e lógica de estruturação do mesmo, o que pode favorecer os trabalhos em torno de seu estabelecimento para posteriormente garantir sua eclosão e instituição amplificada no cenário informacional.

Considerando a percepção aventada pelos respondentes acerca da dificuldade maior em estabelecer uma visão institucional forte e unificada sobre o tratamento temático da informação, em detrimento do estabelecimento das diretrizes e regras para indexação, nota-se que o desafio é mesmo a amplificação da política e não as decisões sobre seus elementos – apesar das dúvidas sobre o estabelecimento de alguns destes. Portanto, há relativa segurança e tranquilidade quanto às escolhas e determinações da forma de indexar.

A elaboração da política de indexação, por sua vez, é enxergada sobre a via colaborativa, levando prioritariamente em consideração os usuários da unidade de informação. Essa constatação é extremamente

relevante, pois reforça a segurança dos futuros bibliotecários para estruturar, embora de forma conjunta, a política de indexação. E ainda, positiva pelo fato de evidenciar uma

visão sobre o público, que deve ser considerado neste trabalho para que as questões instituídas sobre a indexação tenham elo com a recuperação da informação.

INDEXING POLICY:

Conceptions about the Concept and Perceptions about its Elaboration

Abstract

It analyses conceptions of indexing policy and the perceptions about its elaboration by students of the undergraduate course in Librarianship. Exploratory descriptive study with qualitative approach and data collect by online questionnaire. The results indicate that undergraduates understand policy with formally established document, important for all – library manager, librarian and user – because it allows us to perfect the information treatment. The students consider themselves able to build a policy with support from coworkers, starting from the understanding of the unit's public. Besides consider as great difficulty in elaboration of the indexing policy the establishment of a strong and unified institutional vision on thematic treatment and the design of the level of exhausting and of coordination of terms. It concludes that predominates the conception of policy as normative of formal existence and the perception of collaborative elaboration centered on the user.

Keywords

Indexing policy. Indexing manual. Graduation. Library Science.

Artigo recebido em 10/07/2017 e aceito para publicação em 17/09/2017

REFERÊNCIAS

ANÍZIO, J. L. A.; NASCIMENTO, G. F. C. L. Avaliação do processo de indexação na Biblioteca da Assessoria Jurídica do Banco do Brasil. **Biblionline**, João Pessoa, v. 8, n. esp., p. 122-133, 2012. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/index.php/biblio/article/view/14196/8103>>. Acesso em: 10 jul. 2017.

ARAÚJO JÚNIOR, R. H. **Precisão no processo de busca e recuperação da informação**. Brasília: Thesaurus, 2007. 175p.

BAPTISTA, D. M.; ARAÚJO JÚNIOR, R. H.; CARLAN, E. O escopo da análise da informação. In: ROBREDO, J.; BRÄSCHER, M. (Orgs.). **Passeios pelo bosque da informação: estudos sobre representação e organização da informação e do conhecimento**. Brasília: IBICT, 2010. p. 61-80.

BENTES PINTO, V. Indexação documental: uma forma de representação do conhecimento registrado. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 6, n. 2, p. 223-234, jul./dez. 2001. Disponível em: <[\[ex.php/pci/article/view/423/239\]\(http://pci/article/view/423/239\)>. Acesso em: 10 jul. 2017.](http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/ind</p></div><div data-bbox=)

BRUZINGA, G. S.; MACULAN, B. C. M. S.; LIMA, G. Â. B. O. Indexação automática e semântica: estudo da análise do conteúdo de teses e dissertações. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 8., 2007, Salvador. **Anais...** Salvador, 2007. Disponível em: <<http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/handle/123456789/236>>. Acesso em: 10 jul. 2017.

CARNEIRO, M. V. Diretrizes para uma política de indexação. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 221-241, set. 1985. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/brapci/index.php/article/download/13788>>. Acesso em: 10 jul. 2017.

CHAUMIER, J. Indexação: conceito, etapas e instrumentos. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 21, n. 1/2, p. 63-79, jan./jun. 1988. Disponível em: <[---

Ci. Inf. Rev., Macció, v. 4, n. 2, p. 39-58, maio/ago. 2017](http://www.brapci.ufpr.br/brapci/index</p></div><div data-bbox=)

php/article/download/19202>. Acesso em: 10 jul. 2017.

CARDOSO FILHO, J. C.; SANTOS, M. M. Processos e temas selecionados. In: ALVARES, L. (Org.). **Organização da informação e do conhecimento: conceitos, subsídios interdisciplinares e aplicações**. São Paulo: B4 Editores, 2012. p. 185-223.

CUNHA, M. B.; CAVALCANTI, C. R. O. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008. 451p.

DAL'EVEDOVE, P. R.; FUJITA, M. S. L. O conhecimento profissional do catalogador de assunto sobre política de indexação em bibliotecas universitárias. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 11, n. 2, p. 21-39, maio/ago. 2013. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1636/pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2017.

DIAS, E. W.; NAVES, M. M. L. **Análise de assunto: teoria e prática**. 2. ed. rev. Brasília: Briquet de Lemos, 2013. 115 p.

FERNANDES, G. C.; PRUDENCIO, D. S. Política de indexação em bibliotecas cariocas: mapeamento exploratório. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 9, n. 1, p. 122-142, abr. 2015. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/9885/9633>>. Acesso em: 10 jul 2017.

FUJITA, M. S. L. A identificação de conceitos no processo de análise de assunto para indexação. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 1, n. 1, p. 60-90, jul./dez. 2003. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/2089/2219>>. Acesso em: 10 jul. 2017.

_____. A política de indexação para representação e recuperação da informação. In:

GIL-LEIVA, I.; FUJITA, M. S. L. (Eds.). **Política de indexação**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2012. p. 17-28.

_____. Política de indexação para bibliotecas: funções e finalidades. In: _____. (Org.). **Política de indexação para bibliotecas: elaboração, avaliação e implantação**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016a. p. 15-19.

_____.; RUBI, M. P. O ensino de procedimentos de política de indexação na perspectiva do conhecimento organizacional: uma proposta de programa para a educação à distância do bibliotecário. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 11, n. 1, p. 48-66, jan./abr. 2006. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/445/256>>. Acesso em: 10 jul. 2017.

_____.; SANTOS, L. B. P. Política de indexação em bibliotecas universitárias: estudo diagnóstico e analítico com pesquisa participante. **TransInformação**, Campinas, v. 28, n. 1, p. 59-76, jan./abr. 2016. Disponível em: <<http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/transinfo/article/view/2732/2228>>. Acesso em: 10 jul. 2017.

GIL LEIVA, I. Aspectos conceituais da indexação. In: GIL-LEIVA, I.; FUJITA, M. S. L. (Eds.). **Política de indexação**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2012. p. 31-106.

_____. Prefácio. In: FUJITA, M. S. L. (Org.). **Política de indexação para bibliotecas: elaboração, avaliação e implantação**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016. p. 11-13.

GUEDES, V. L. S. Estudo de um critério para indexação automática derivativa de textos científicos e tecnológicos. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 23, n. 3, p. 318-

326, set./dez. 1994. Disponível em:
<<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/529/529>>. Acesso em: 10 jul. 2017.

GUIMARÃES, J. A. C. As políticas de indexação como elemento para a gestão do conhecimento nas organizações. In: VIDOTTI, S. A. B. G (Coord.). **Tecnologia e conteúdos informacionais**: abordagens teóricas e práticas. São Paulo: Polis, 2004. p. 43-52.

LANCASTER, F. W. **Indexação e resumos**: teoria e prática. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2004. 452p.

LANGRIDGE, D. **Classificação**: abordagem para estudantes de Biblioteconomia. Rio de Janeiro: Interciência, 2006. 120p.

LIMA, J. L. O.; ALVARES, L. Organização e representação da informação e do conhecimento. In: ALVARES, L. (Org.). **Organização da informação e do conhecimento**: conceitos, subsídios interdisciplinares e aplicações. São Paulo: B4 Editores, 2012. p. 21-47.

LOUSADA, M. et al. Políticas de indexação no âmbito da gestão do conhecimento organizacional. **Informação & sociedade: estudos**, João Pessoa, v. 21, n. 1, p. 191-202, jan./abr. 2011. Disponível em:
<<http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/4136/5607>>. Acesso em: 10 jul. 2017.

MAMFRIM, F. P. B. Representação de conteúdo via indexação automática em textos integrais em língua portuguesa. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 20, n. 2, p. 191-203, jul./dez. 1991. Disponível em:
<<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/355/355>>. Acesso em: 10 jul. 2017.

NUNES, C. O. Algumas considerações acerca da ausência de políticas de indexação em bibliotecas brasileiras. **Biblos**, Rio Grande, v. 16, p. 55-61, 2004. Disponível em:

<<https://www.seer.furg.br/biblos/article/view/411/96>>. Acesso em: 10 jul. 2017

REDIGOLO, F. M. et al. Elementos de política de indexação em biblioteca universitária da área médica. **Scire**, v. 18, n. 2, p. 75-86, jul./dic. 2012.

ROBREDO, J. **Documentação de hoje e de amanhã**: uma abordagem revisitada e contemporânea da Ciência da Informação e de suas aplicações biblioteconômicas, documentárias, arquivísticas e museológicas. 4. ed. rev. ampl. Brasília: Edição do autor, 2005. 409p.

RUBI, M. P. **Política de indexação**. In: GIL-LEIVA, I.; FUJITA, M. S. L. (Eds.). **Política de indexação**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2012. p. 107-120.

_____. Os princípios da política de indexação na análise de assunto para catalogação: especificidade, exaustividade, revocação e precisão na perspectiva dos catalogadores e usuários. In: FUJITA, M. S. L. et al. (Org.). **A indexação de livros**: a percepção de catalogadores e usuários de bibliotecas universitárias: um estudo de observação do contexto sociocognitivo com protocolos verbais. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. p. 81-93.

_____.; FUJITA, M. S. L. Elementos de política de indexação em manuais de indexação de sistemas de informação especializados. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 8, n. 1, p. 66-77, jan./jun. 2003. Disponível em:
<<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/375/193>>. Acesso em: 10 jul. 2017.

_____.; _____. Política de indexação na catalogação de assunto em bibliotecas universitárias: a visão sociocognitiva da atuação profissional com protocolo verbal. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 7, n. 2, p. 118-150, jan./jun. 2010. Disponível em:

<<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1960/2081>>. Acesso em: 10 jul. 2017.

TARTAROTTI, R.; DAL'EVEDOVE, P. R.; FUJITA, M. S. L. Elaboração de tesauro conceitual de política de indexação para bibliotecas universitárias. ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 16., 2015, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa, 2015. Dispo-

nível em:

<<http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/handle/123456789/2807>>. Acesso em: 10 jul. 2017.

VIEIRA, S. B. Indexação automática e manual: revisão de literatura. **Ciência e Informação**, Brasília, v. 17, n. 1, p. 43-57, jan./jun. 1988. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/298/298>>. Acesso em: 10 jul. 2017.